PARECER N° , DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o PLS nº 670, de 2007, de autoria do Senador EXPEDITO JÚNIOR, que acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 670, de 2007, pretende obrigar os revendedores varejistas de combustíveis a integrar a operação do equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), de uso obrigatório, à bomba abastecedora utilizada nos postos.

A implementação da regra se daria na forma de convênio entre a União e os Estados, segundo dispõe o art. 63 da Lei nº 9.532, de 1997.

O Senador Expedito Júnior, autor da proposição, argumenta que a aprovação da medida, além de acelerar o processo de emissão de cupom fiscal, dificultaria a evasão fiscal.

O Projeto foi lido em Plenário no dia 26 de novembro de 2007 e encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 670, de 2007, foi encaminhado à CAE por tratar da instituição de obrigação tributária acessória. Por força do que dispõe o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno, esta Comissão é competente para opinar sobre o assunto.

Quanto à constitucionalidade, vale observar que a competência da União para legislar sobre os tributos federais alcança também a competência para instituir obrigações acessórias relativas a eles. Assim, ao estabelecer regra relacionada a cupom fiscal, a União não extravasa de seu âmbito de competência legislativa, uma vez que muitos dos tributos de sua competência utilizam a receita da pessoa jurídica como parâmetro de cálculo da base de incidência. O cupom fiscal, sabe-se, é elemento essencial à verificação da veracidade das receitas declaradas pela pessoa jurídica.

Ademais, a implementação da medida, tal como previsto no art. 63 da Lei nº 9.532, de 1997, prevê a participação dos Estados e do Distrito Federal, igualmente interessados na obrigatoriedade da emissão de cupom fiscal. Essa participação se dará mediante convênio celebrado entre a União e o Conselho de Política Fazendária (Confaz). Atualmente, vários são os convênios que tratam dessa matéria, não havendo vício algum de constitucionalidade.

No mérito, iremos nos ater à repercussão da medida no estrito âmbito da fiscalização tributária. Eventual benefício para a atividade de controle da qualidade dos combustíveis, bem como de eventual impacto nos custos para o consumidor final serão oportunamente analisados pela CMA.

Como já afirmado, muitos são os tributos cuja base de cálculo é, direta ou indiretamente, obtida da receita da empresa. Toda norma que aprimore o sistema de emissão do cupom fiscal, portanto, tende a tornar mais fidedigno esse dado, reduzindo o espaço para fraudes e sonegação.

Nesse sentido, parece-nos que o PLS nº 670, de 2007, é conveniente e oportuno, pois vincula a operação de abastecimento à efetiva emissão do cupom fiscal, além de acelerar seu preenchimento e impressão.

Ainda que a incidência de alguns tributos sobre a receita obtida com a venda de combustíveis se dê em regime de substituição tributária, tais como a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o revendedor varejista de combustíveis ainda é contribuinte do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Assim, a generalização do fornecimento de cupom fiscal, certamente facilitada pela integração entre o equipamento emissor e a bomba de abastecimento, representará importante reforço na capacidade de fiscalização da administração tributária.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 670, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora